

**“Quando o rio vira risco”: Conflitos sócio-ambientais no Maranguapinho –
Fortaleza 1974 – 2002¹**

Reginaldo Alves de Castro*

RESUMO

O rio Maranguapinho tem sua nascente na serra de Maranguape de onde provém sua denominação com uma extensão de aproximadamente 37,5 km cobrindo uma área de 223,8 km². Saindo de Maranguape, o rio passa pela cidade de Maracanaú e segue pela região oeste de Fortaleza onde atravessa uma das áreas mais densamente povoadas e com graves problemas sócio-ambientais. São 51 áreas de risco ao longo do rio, totalizando mais de 60 mil pessoas vivendo em condições precárias. Este trabalho tem por objetivo analisar o rio Maranguapinho, buscando apreender o seu papel social na constituição das comunidades que o margeiam. Realizamos uma análise das áreas situadas entre os bairros Canindezinho, Parque Santa Rosa, Parque Presidente Vargas e Parque São José discutindo as formas como se desenvolvem os conflitos e tensões entre o rio e a população pobre que mora às suas margens. Utilizamos o aporte teórico-metodológico da História Ambiental, que tem como característica a realização de análises baseadas na observação do meio como primeiro elemento de inquietação do historiador. A metodologia proposta para esta pesquisa foi construída tendo como ponto de partida a observação do estado de degradação ambiental do Maranguapinho, tendo o rio como nosso objeto de estudo e suas paisagens como fonte para o desenvolvimento de nossas reflexões. Propomos assim, analisar a História social deste rio enfocando as transformações que ele sofreu ao longo do seu processo de ocupação e a (re) significação dos seus espaços a partir das diferentes formas de relacionamento entre os moradores e o rio.

Palavras-chave: rio Maranguapinho, degradação, memória popular, cidade.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Professor da rede pública estadual de ensino.
e-mail: regpjmp@hotmail.com

¹ O presente trabalho foi produzido a partir das reflexões construídas no projeto de pesquisa de mesmo nome que desenvolvo junto ao grupo de estudos “História, memória, natureza e cultura” do Departamento de História da UFC. Por esta razão, algumas das questões levantadas ainda estão em aberto e serão analisadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

RÉSUMÉ

La rivière Maranguapinho prend sa source dans la montagne de Maranguape d'où son nom, avec une longueur d'environ 37,5 km couvrant une superficie de 223,8 km². Laissant Maranguape, la rivière passe par la ville de Maracanaú et continue à travers la région ouest de Fortaleza où elle traverse l'une des zones plus densément peuplées et avec de graves problèmes sociaux et environnementaux. Il ya 51 zones à risque le long du fleuve, totalisant plus de 60 000 personnes vivant dans des conditions précaires. Cette étude vise à examiner la rivière Maranguapinho, cherchant à comprendre leur rôle social dans la formation de communautés qui l'encadrent. Nous avons effectué une analyse des zones entre les quartiers Canindezinho, Parque Santa Rosa, Parque Presidente Vargas et Parque São José en discutant des moyens comme se développent les conflits et les tensions entre le fleuve et la population pauvre qui vivent sur ses berges. Nous utilisons le cadre théorique et méthodologique de l'histoire de l'environnement, qui se caractérise par l'analyse fondée sur l'observation de l'environnement comme premier élément de préoccupation de l'historien. La méthodologie proposée pour cette recherche a été construite en prenant comme point de départ l'observation de l'état de dégradation de l'environnement du Maranguapinho, en prenant le fleuve comme notre objet d'étude et leurs paysages comme source pour le développement de nos réflexions. Nous proposons d'analyser l'histoire sociale du Maranguapinho mettant l'accent sur les transformations qu'il a subi lors de ses processus de l'occupation, et la (re) signification de leurs espaces à partir de différentes formes de relations entre les habitants et le fleuve.

Mots-clés: rivière Maranguapinho, dégradation, mémoire populaire, ville.

INTRODUÇÃO

Devemos entender a natureza, nesta visão, não mais como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana.²

Esse rio ai era um lazer, quando a gente veio embora para Fortaleza em novembro de 1980, esse rio aqui parecia aqueles peixes da água doce, todo mundo tomava banho, lavava roupa, era um lazer mesmo hoje em dia. Porque a gente veio embora em oitenta e um. Cansei de pegar peixe nesse rio aqui. Pegava peixe! Era bom demais, mas com o passar dos tempos, começaram a

² SILVA, Francisco Carlos Ferreira da. História das paisagens: In: **Domínios da História**: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 204.

botar esgoto ai pra dentro, bocado de fossa pra dentro do rio. Tai do jeito que ta.³

O rio Maranguapinho tem sua nascente na serra de Maranguape de onde provém sua denominação. Suas águas descem a elevação banhando uma vegetação densa que se desenvolve sob o clima úmido da zona de refrigério. Seu leito percorre uma extensão de aproximadamente 37,5 km cobrindo uma área de 223,8 km²⁴. Saindo de Maranguape, o rio passa pela cidade de Maracanaú e segue pela região oeste de Fortaleza percorrendo bairros como Siqueira, Canindezinho, Bom Jardim, Granja Portugal, Bom Sucesso, Genibaú, Henrique Jorge, Autran Nunes, e Antonio Bezerra desaguando no rio Ceará à altura do km zero da BR 222.⁵ Em Fortaleza, o Maranguapinho atravessa uma das regiões mais densamente povoadas e com graves problemas sócio-ambientais, aspecto que contribuiu diretamente para as transformações e para a degradação que o rio sofreu ao longo do seu processo de ocupação. São 51 áreas de risco ao longo do rio, totalizando mais de 60 mil pessoas vivendo em condições precárias, o que configura uma complexa relação de interação homem/natureza envolvendo diferentes sujeitos sociais e o rio.

O processo de uso e ocupação da região banhada pelo Maranguapinho no seu médio curso, sobretudo nos bairros Parque Santa Rosa, Parque Presidente Vargas, Canindezinho, e Parque São José é datado da década de 1970 e impulsionado dentre outros fatores pelas necessidades de moradia e de emprego, tendo como elemento atrativo, as áreas desocupadas marginais ao rio e a presença de fábricas como a cerâmica Santa Rosa que utilizavam a argila retirada do rio para a fabricação de tijolos, telhas e manilhas, que eram cozidas nas fornalhas aquecidas com a madeira extraída da vegetação local. Também os moradores tiveram uma intensa relação com o rio para o abastecimento de suas necessidades como a água utilizada para o banho e preparo dos alimentos, e o uso da vegetação para a construção das primeiras moradias (casas de taipa) feitas com madeira e barro retirados do rio.

³ Entrevista realizada com um morador de comunidade marginal do Grande Mondubim. In: **Diagnóstico sócio-econômico do Grande Mondubim**. Banco de dados do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU)/UECE.

⁴ SALES, Luiz Belino Ferreira. **Análise Sócio-Ambiental do segmento do baixo curso do rio Maranguapinho na cidade de Fortaleza-Ce: Relações Sociedade x Natureza**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) UFC, 2004.

⁵ Jornal *O Povo* 04/06/00, p. 3A. Setor de periódicos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

Através da utilização das narrativas orais dos moradores é possível compreender as (re) significações construídas sobre o Maranguapinho a partir da construção das primeiras moradias em 1974, relatadas nas entrevistas. Daí perceber as características das paisagens e dos usos do rio praticados pelos primeiros moradores, e utilizar estes elementos para contrastar com a realidade de degradação causada pelo lançamento de esgoto e lixo ao longo de todo o seu percurso. Esse processo abre margem para refletirmos a complexa relação entre os moradores e o rio, que dentro da expansão urbana de Fortaleza por volta da década de 1980 implicou em profundas transformações tanto das paisagens como das condições de vida das comunidades que interagem com o Maranguapinho, envolvendo assim, elementos da temática da História Ambiental enquanto objetos de reflexão sobre natureza e cultura.

UM RIO EM MUTAÇÃO

O processo de ocupação do médio curso do Maranguapinho localiza-se dentro de um período em que Fortaleza passava por um intenso movimento migratório durante a década de 1980 e também pela prática de reacomodação desses contingentes humanos dentro da cidade. Segundo o censo demográfico de 1980, a macro-região do Mondubim possuía uma população de 192.495 habitantes, essa mesma região apresenta em 2000 uma população de 494.969 habitantes⁶. O aumento da população se processou sem que houvesse um planejamento que ordenasse o crescimento da cidade, dessa forma diversas áreas passaram a ser ocupadas por um número crescente de pessoas, o que implicou tanto na formação de comunidades carentes de serviços básicos de abastecimento de água e de tratamento de esgoto, como na alteração das paisagens e/ou no esgotamento dos recursos naturais.

A transformação das paisagens naturais do Maranguapinho se deu concomitante ao crescimento da cidade, e implicou, também, na alteração das práticas quotidianas e na (re) significação dos espaços do rio. Vejamos o que nos afirma a senhora Maria Litinha Melo, moradora inicial do Parque Santa Rosa:

(...) nessa época eram poucos os moradores, o rio era uma maravilha; era tudo limpinho, juntava gente de fora pra passar o dia todinho aqui pelo rio. A minha casa era pequena, mas era de tijolo; aí eu corria pro rio enxaguava o pano e voltava. O Fábio era pequeno, fez um ano aqui; era tudo escuro, a gente só ouvia a zoada dos grilos.⁷

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico do estado do Ceará anos 1980 e 2000.

⁷ Entrevista realizada com a senhora Maria Litinha Melo. **Banco de dados do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão:** Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU)/UECE.

À época da construção das primeiras moradias as casas eram poucas, e a densidade populacional era baixa. Esse fato contribuiu diretamente para a manutenção da qualidade do rio, uma vez que a quantidade de lixo e esgoto produzidos era pequena, e estes não eram lançados nas águas do Maranguapinho. O rio era utilizado para atividades domésticas como a lavagem de roupa, e também para práticas de lazer entre as famílias.

Um dos aspectos mais presentes na narrativa da senhora Maria Litinha é referente a segurança, que é retratada com saudosismo ao relembrar a História do Parque Santa Rosa. Vejamos outra passagem:

(...) o meu esposo ia pegar água pra beber depois do Canindezinho, era um cacimbão bem grande que tinha, e ele chegava era quase 10 horas, aí tomava um banhozinho, antigamente fazia aquele cigarro de fumo, botava aquele cigarro vei na boca, a lua clara... a gente num tinha nada, era só mato, e a gente num tinha medo.⁸

Por volta das décadas de 1970/80 as paisagens encontradas na região onde hoje se localizam os bairros do Parque Santa Rosa, Parque Presidente Vargas, Canindezinho e Parque São José eram abundantes em vegetação, e o cotidiano dos moradores era marcado pela tranquilidade e pela segurança da vida rural. Podia-se facilmente se deslocar de um lugar a outro sem se preocupar com a hora fosse dia ou noite.

O processo de urbanização e crescimento da cidade, embora seja visto como desenvolvimento, também foi responsável pelo surgimento de novos medos gerados pela insegurança e pelo aumento da violência. Para a senhora Maria Litinha o Parque Santa Rosa

hoje em dia é bem dizer um Centro, porque aqui tem de tudo. Temos mercantil, posto de saúde, coisa de dança por ali, restaurante por acolá, bar por ali. Tem açougue. Tudo aqui nós já temos à vista do que era, tudo isso teve uma vantagem pra nós, que melhorou muito, mas a gente vive inseguro, as malandragem só aumenta no mundo⁹

O desenvolvimento se apresenta no bairro através do aumento da oferta de serviços públicos, embora com suas deficiências, e também pelo crescimento do comércio. Contudo, esses benefícios da urbanização também vêm acompanhados pelo aumento da criminalidade, da violência e da insegurança, aspectos que também estão relacionados a uma nova percepção das paisagens do rio Maranguapinho.

Segundo a senhora Maria Litinha na sua casa também havia ervas medicinais que eram utilizadas para tratar das doenças dos seus familiares e também dos vizinhos,

⁸ idem

o que demonstra um conhecimento que permitia aos moradores se apropriar dos recursos naturais em benefício das famílias. Esses costumes e aspectos cotidianos narrados pelos moradores vêm de um período em que as paisagens do rio e das suas matas ainda não tinham sofrido as transformações causadas pela expansão urbana e pela explosão demográfica da cidade. As casas eram distribuídas de forma isolada com uma maior proximidade dos familiares, constituindo um verdadeiro “interior” como afirma a senhora Maria Litinha, no entanto essa organização não resistiu ao super crescimento populacional de Fortaleza, e as casas cada vez mais foram se aproximando do leito do rio, não por um atrativo natural (no sentido do uso dos seus recursos), uma vez que a ocupação das margens foi concomitante a degradação ambiental e a poluição das águas do Maranguapinho, mas porque eram terrenos desocupados nos quais os moradores não viam impedimento para a construção de suas moradias.

Na comunidade do conjunto Jardim Fluminense, por volta do ano de 1994, as paisagens encontradas pelos primeiros moradores passaram por um profundo processo de transformação causado pela construção de moradias que se multiplicavam em grande quantidade. Onde antes havia vegetação passou a existir casas cada vez mais próximas ao rio. Uma das conseqüências desse fato foi a mudança da relação dos moradores com o Maranguapinho, uma vez que a população paulatinamente foi deixando de perceber o rio como fonte de abastecimento.

A transformação das paisagens é formada a partir de dois fatores principais: os de ordem técnica que compreendem o suporte de recursos técnicos a disposição de uma comunidade para manutenção de sua subsistência, e os de ordem jurídica que definem o conjunto de normas para uso e exploração dos recursos naturais.¹⁰

Ao longo do Maranguapinho é possível perceber a ocorrência desses dois fatores na transformação de sua paisagem. As técnicas utilizadas na exploração do rio são inadequadas, sobretudo na extração de areia para a construção civil e de argila para alimentar a produção das cerâmicas e olarias, como podemos perceber na reportagem do Jornal *O Povo* do dia 4 de junho de 2000:

Maria das Graças Ferreira Rocha, seu marido e os cinco filhos sobrevivem da retirada de areia do rio Siqueira. Muitos outros moradores ribeirinhos também fazem esse tipo de trabalho, vendendo o material para os depósitos de construção. Os filhos do casal Maria das Graças e Francisco entram no rio para retirar a areia, Maria das Graças faz a peneiragem e Francisco leva o

⁹ idem

¹⁰ SILVA, Francisco Carlos Ferreira da. Op. Cit., p. 209.

carregamento até a estrada, de onde é levado pelos caminhões dos compradores.¹¹

Muitas das famílias que vivem às margens do Maranguapinho enfrentam graves dificuldades com a falta de emprego e de oportunidades de melhoria de vida, para estas famílias o rio é a única alternativa para muitas necessidades como moradia, lazer e trabalho. Dessa forma, é fácil encontramos pessoas realizando a extração de areia no leito do rio em condições precárias e insalubres, deixando para trás as marcas das escavações. As águas do Maranguapinho são contaminadas pelo lixo e o esgoto das casas, além dos resíduos industriais que são despejados sem nenhuma forma de tratamento. O contato com suas águas é realizado sem o uso de equipamentos de proteção, o que pode provocar doenças nos moradores. Outro aspecto percebido é a presença de crianças realizando trabalhos para a ampliação da renda familiar como, por exemplo, nas atividades de coleta de lixo para os depósitos de reciclagem. A realidade dessas famílias implica numa situação de grande exclusão que agride tanto o ecossistema do rio pela poluição e assoreamento de seu leito, quanto os moradores que vivem em condições de extrema pobreza.

Quanto aos fatores de ordem jurídica ocorre a ausência da aplicação das políticas de ordenamento de uso e ocupação do solo ocasionando a construção de moradias em áreas de proteção ambiental às margens do rio, prática extremamente degradante pelo lançamento de esgoto e lixo diretamente nas águas do Maranguapinho. Através dessas reflexões, e utilizando-se da memória popular dos moradores, podemos nos questionar: como se configura o rio, sua caracterização, dentro do processo de expansão urbana da cidade?

As relações dos moradores com o rio fazem parte de um contexto social que envolve diversas questões de moradia, do espaço de grupos sociais dentro da cidade, de questões econômicas, de necessidades de subsistência e do crescimento urbano da cidade aliado a problemática do deslocamento humano. As interações desses diferentes elementos modificam e constroem a imagem e os sentidos das áreas marginais ao longo do Maranguapinho onde vive uma enorme quantidade de pessoas. Um dos aspectos percebidos nesse processo é a estrutura das casas que têm seus quintais voltados para o rio e suas frentes voltadas para as ruas marginais¹², o que demonstra a funcionalidade do Maranguapinho, que se torna canal de escoamento do esgoto e dos detritos produzidos

¹¹ Jornal *O Povo* 04/06/00, p. 3A.

¹² SALES, Luiz Belino Ferreira. Op. Cit.

pelos moradores. A partir do momento em que as famílias constroem as suas moradias às margens, e muitas vezes, praticamente dentro do rio, este passa a ser não mais uma fonte de abastecimento ou um espaço de lazer, e se torna o próprio quintal das casas onde são lançados o esgoto e o lixo produzidos. As práticas de degradação realizadas pelos moradores estão relacionadas à reciprocidade das ações das comunidades marginais com as condições sócio-ambientais do ambiente do rio construídas ao longo de sua ocupação. Dessa forma, identificamos as práticas degradantes de lançamento de esgoto e lixo nas águas do Maranguapinho como resultado da deficiência dos serviços de coleta de lixo e da ausência ou ineficiência de políticas habitacionais e de educação ambiental. A partir dessas reflexões podemos nos questionar: que sentidos e significados o Maranguapinho adquire a partir da inter-relação entre o espaço natural, os moradores e o rio?

Ao longo do Maranguapinho a localização e a forma das moradias, bem como a caracterização do conjunto do espaço dão sinal das formas de relação social dentro da cidade, onde o espaço é ocupado pelos moradores muitas vezes por falta de opção de outro local e/ou de recursos financeiros. Em torno das comunidades marginais são construídos estereótipos negativos em decorrência das condições sócio-ambientais vivenciadas pelos moradores. Vejamos o que nos afirma uma moradora da região:

Um problema sério aqui da comunidade é conseguir emprego. Nós não temos trabalho fácil para a comunidade, e existe um pouco de discriminação (...) Muitas pessoas não dão trabalho para quem mora aqui, e eu já senti isso quando fui atrás de trabalho. Perguntam onde a gente mora, aí quando a gente fala onde mora, eles dizem que não tem vaga. É muito complicado.¹³

Há uma transformação no significado de se morar próximo ao Maranguapinho que se processa em função das condições sócio-ambientais. O rio encontrado pelos primeiros moradores era um ambiente não poluído utilizado para práticas de lazer e atividades domésticas. Nestas condições a vida em sua presença significava tranquilidade e segurança. Com o processo de degradação a situação das comunidades ribeirinhas se modificou, e viver às margens do Maranguapinho passou a significar o convívio com situações de insalubridade, doenças, péssimas condições de moradia, desemprego e exclusão. O que se observa é uma alteração da marginalidade, que deixou de ser natural para se tornar uma marginalidade social, o que dificulta o acesso

¹³ Entrevista realizada com uma moradora de comunidade marginal do Grande Mondubin. In: Diagnóstico sócio-participativo do Grande Mondubin. **Banco de dados do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão:** Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU)/UECE.

dos moradores aos benefícios da vida urbana como observamos na fala da moradora citada anteriormente.

A análise das narrativas orais dos moradores ribeirinhos integrada à leitura das fontes periódicas nos possibilita perceber ao longo da história do rio Maranguapinho o que o historiador Janes Jorge definiu como um processo de ruptura histórica em seu estudo sobre o rio Tietê na cidade de São Paulo¹⁴. Dois momentos distintos são percebidos durante o crescimento das comunidades marginais, um primeiro em que o rio se constituía em uma importante fonte de abastecimento num período em que ainda não se dispunha dos serviços de água encanada, além dos seus usos para as práticas de lazer desenvolvidas pelas primeiras famílias. E um segundo momento em que o rio se apresenta como um espaço extremamente degradado e poluído pela ação das comunidades, sobretudo pela sua utilização como destino do lixo e do esgoto produzido pelos moradores. Essas transformações sofridas pelo rio contribuíram para a classificação de suas comunidades marginais como áreas de risco, regiões que pela iminência de enchentes apresentam riscos à fixação de moradias. Esta é a principal questão que buscamos desenvolver em nossa pesquisa: como o rio Maranguapinho, ao longo do seu processo de ocupação, transformou-se de um ambiente em boas condições de uso, em um ecossistema totalmente degradado e poluído? Que elementos contribuíram para esta transformação? Como as comunidades se inserem nesse processo, e quais (re) significações são construídas em torno do Maranguapinho? Enfim, “como o rio vira risco”?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos através desta pesquisa, analisar a História social do rio Maranguapinho enfocando, sobretudo as transformações que ele sofreu ao longo do seu processo de ocupação e a construção e (re) significação dos seus espaços a partir da interação e das diferentes formas de relacionamento entre os moradores e o rio. Nesse intuito buscamos perceber as características de formação das comunidades marginais, estabelecendo uma relação entre os diferentes momentos históricos, e identificando alguns aspectos da interação dos moradores com o rio.

¹⁴ JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940**, São Paulo: Alameda, 2006

Observamos que o processo de degradação foi concomitante a sua ocupação, e que os moradores estabelecem uma relação de significados que envolve tanto os elementos naturais como os sujeitos que interagem com o Maranguapinho.

Algumas questões, no entanto, precisam ser aprofundadas a partir do desenvolvimento da pesquisa como, por exemplo, os significados estabelecidos pelos moradores para o convívio com o rio, e a classificação do ambiente como área de risco (Quem classifica? Qual a percepção dos moradores?). Essas questões envolvem, sobretudo a análise das narrativas orais, e passam pelo estudo da memória social do rio Maranguapinho. Contudo, faz-se necessário também a integração de novas fontes à pesquisa como forma de diversificar as leituras do rio, o que se dará no decorrer dos estudos.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Gilmar (Org). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: editora UFPR, 2008.

CAMPOS, Eduardo. **A invenção do discurso ambiental**. Fortaleza: Casa de José de Alencar UFC, 1998.

CERTAU, Michel. **A escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Revista Estudos Históricos**. v. 8. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FEVRE, Lucien. **O Reno**. História, mito e realidades. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo, 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**. Natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: paralelo 15, editora da UNB, 1999.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOTA, Suetônio. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: edições UFC, 1981.

NOTTINGHAN, Patrícia Carvalho. **Tempos verdes em Fortaleza**: a experiência do movimento ambientalista 1976-1992. Fortaleza: dissertação de Mestrado NUDOC/Departamento de História UFC, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade In: **Projeto História**, São Paulo, (14), fev. 1997.

_____. O que faz a História Oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo, (14), fev. 1997.

RONCAYOLO, Marcel. *Paisagem*. in: **Enciclopédia Einauld**. v.8. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

SANTANNA, Denizze de. **Cidade das águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Ferreira da. História das paisagens: In: **Domínios da História**: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. O narrador, a viagem. São Paulo: companhia das Letras, 1990.

THOMAS, Keith. **O homem e o Mundo Natural**: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4. n.8, 1991. p. 198-215